



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 13

**A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO E SUA INFLUÊNCIA NA
TEORIA MODERNA: MARXISTAS X NEOLIBERAIS***

Leda Maria Paulani**

São Paulo, outubro de 2009

* Artigo escrito para ser lido no programa de seminários coordenado pelo Prof. Delfim Netto, em sessão de mesmo nome, ocorrida em 21/10/2009

** Professora titular do Departamento de economia da FEA-USP e do Pós-graduação em Economia do IPE/USP

A discussão sobre a influência do pensamento econômico na teoria moderna é aparentemente uma discussão metateórica, ou seja, de caráter metodológico. Mas na ciência econômica, como de resto nas ciências sociais em geral, não há consenso sobre a forma de evolução dos paradigmas. Contrariamente ao que, em regra, acontece no mundo das ciências naturais, há aqui dúvidas sobre se o conhecimento mais recente é necessariamente o melhor, o mais verdadeiro, ou seja, aquele que incorporou produtivamente os desenvolvimentos teóricos até então existentes, tendo deixado de lado aqueles que não se mostraram adequados a seu objeto. No mundo das humanidades há, sobre isso, como sobre muitas outras questões, opiniões radicalmente divergentes.

O economista Pérsio Arida tratou desse problema num texto que se tornou clássico muito antes de ser publicado. Ele ali afirma que o aprendizado da teoria econômica tem sido efetuado de acordo com dois modelos distintos: o que ele chama de *hard science*, que ignora a história do pensamento e no qual o estudante deve familiarizar-se de imediato com o estágio atual da teoria, e o que ele chama de *soft science*, onde o estudante deve conhecer bem e, se possível, dominar, os clássicos do passado, mesmo que em prejuízo de sua familiaridade com os desenvolvimentos mais recentes. Acrescenta a esse enquadramento que, por trás do modelo *hard science*, está a ideia de uma “fronteira do conhecimento”: o estudante não precisaria perder tempo com antigos pensadores, porque todas as suas eventuais contribuições já estariam incorporadas ao estado atual da teoria. De outro lado, subjacente à visão do modelo *soft science* estaria a ideia de que o conhecimento está disperso historicamente, ensejando a necessidade de os estudantes se dedicarem a esses pensadores.

Arida observa também que, norteadada pela noção de fronteira, cuja espessura temporal é bastante reduzida (contemplando a produção dos últimos 5 ou, no máximo 6, anos) a história do pensamento econômico afirma-se como pura história das ideias, historiografia, em suas palavras, “enfadonha”, onde se debate quem foi o primeiro a formular determinado conceito e quem foram aqueles que acreditaram em doutrinas discrepantes das atuais. Além de maçante, o interesse de tal conhecimento, do ponto de vista do avanço teórico, seria nulo, sendo desenvolvido tão-somente por aqueles que percebem que sua capacidade

analítica se esgotou, ou por estudantes imberbes e pouco preparados para a árdua tarefa de fazer avançar a ciência.

Já no escopo do modelo *soft science*, a história do pensamento ganha foros de teoria. Como se parte aí do princípio segundo o qual a conciliação entre diferentes paradigmas nunca se faz sem problemas e também da máxima de que não é possível resenhar, interpretar ou traduzir uma obra clássica sem aviltar-lhe o conteúdo, não resta alternativa aos economistas senão debruçarem-se sobre os textos clássicos. Longe de se restringir a um papel ilustrativo, tal atividade conta como desenvolvimento teórico, o qual é sempre visto como uma reflexão que se empreende diretamente a partir da história do pensamento.

Isto posto, cabe perguntar como funciona o esquema de Arida quando se trata de responder as perguntas que, implicitamente, dão título a este seminário: qual a influência do marxismo, leia-se da teoria de Marx e de seus seguidores, na teoria econômica moderna? Qual a influência do neoliberalismo, leia-se da doutrina fundada por Hayek em 1947 e difundida a partir do último quartel do século passado, na teoria econômica moderna?

Ora, do ponto de vista do modelo *hard science*, essas perguntas já estão respondidas de partida, pois Marx morreu há mais de 120 anos e o neoliberalismo tem mais de 6 décadas de existência. Se alguma influência tiveram, elas já se incorporaram ao conhecimento teórico, tal como hoje se encontra, estando diluídas nos axiomas e modelos atualmente vigentes. Do ponto de vista do modelo *soft science*, ambas as vertentes estariam vivas e disputando, com um tanto de outras, um lugar no universo possível de explicações sobre os fenômenos econômicos que nos cercam. Não constituiriam, portanto, “história”, pensamento passado, mas, ao contrário, pensamento tão contemporâneo quanto os modelos matemáticos que habitam as páginas dos últimos números da *American Economic Review*. Mas essas respostas são enganosas e, além disso, elas seriam as mesmas se estivéssemos tratando aqui do paradigma keynesiano, da teoria de Schumpeter ou da visão institucionalista original de um Veblen, por exemplo.

Isso acontece porque essas posturas são só aparentemente epistemológicas. A visão *hard science* não pode ser reduzida à ideia de que a ciência é um processo evolutivo, que aproveita o que é bom e descarta o que não presta, constituindo a fronteira do conhecimento

uma espécie de síntese positiva dessa evolução. Colocada dessa forma simplória, ela torna-se imbatível, pois se trataria aí de mero bom senso, guarnecido de progressismo iluminista. Assim considerada, ela pode ter alguma relevância, se tanto, no mundo das ciências naturais, mas no mundo das ciências sociais ela não faz nenhum sentido. Isto porque, como se sabe, este domínio do conhecimento caracteriza-se pelo permanente embate entre paradigmas, sendo que aqueles em princípio perdedores, ainda que vejam reduzir-se seu espaço acadêmico, nunca saem completamente de cena (aqui estou eu para comprovar isso, em pleno departamento de economia desta FEA), enquanto que os vencedores vivem à sombra das críticas e questionamentos dos demais paradigmas. Sendo assim, aquilo que se poderia chamar “fronteira do conhecimento” vai coincidir sempre com os últimos desenvolvimentos do paradigma vencedor e não da ciência enquanto tal. Como observa o mesmo Arida, hoje em dia, não por acaso, os praticantes do modelo *hard science* em teoria econômica confundem-se com os adeptos e defensores do paradigma neoclássico. Assim, advogar que a melhor forma de fazer ciência, ou de fazer a ciência avançar, é debruçar-se sobre o que está na fronteira do conhecimento é a mesma coisa que defender o programa de pesquisa que se afirmou com a revolução marginalista e consolidou-se de vez com Marshall.

De outro lado, a visão *soft science* também não pode ser reduzida à defesa da importância dos textos clássicos para fazer a ciência progredir. Insistir na importância dos clássicos, vale dizer, da leitura de obras escritas há muito e muito tempo, é uma outra forma de, permanentemente, questionar a validade acadêmica do paradigma vencedor, lembrando os profícuos ensinamentos e *insights* que ele estaria deixando para trás. Assim são, regra geral, os críticos do paradigma vencedor que defendem a necessidade de se estudar e reestudar os pensadores clássicos. Resumindo, por trás de um esquema que procura dar conta de uma questão metateórica, encontramos, na realidade, uma funda divergência teórica, cujos contornos já haviam se delineado no final do século XVIII, e que tornaram-se muito mais pronunciados a partir do final do século XIX.

Contudo, mesmo que essas visões pudessem ser consideradas meras posturas epistemológicas, sinceramente dedicadas, cada uma a seu modo, a contribuir para o avanço da ciência, ainda assim girariam em falso as perguntas que estão implícitas no título deste

seminário. Como veremos, partindo de Marx e Hayek, não há agenda positiva possível capaz de integrar seus desenvolvimentos teóricos, conceitos ou insights à teoria econômica moderna. Por incrível que pareça é mais simples encontrar congruências, senão entre o marxismo e neoliberalismo, ao menos entre a visão que tem Marx do funcionamento da economia capitalista e aquela que tem Hayek, do que encontrar pontos de contato entre a teoria econômica moderna e as visões derivadas do pensamento desses dois autores.

Marx, como se sabe, apesar de ser tributário da economia política inglesa, que é responsável pela certidão de batismo da ciência econômica, pretendeu, ao começar a escrever aquilo que veio a ser *O Capital*, fazer sua crítica. *Crítica da Economia Política* é, por isso, o subtítulo muito pouco lembrado dessa obra para lá de famosa. Mas a crítica de Marx não se restringiu ao apontamento de deslizos teóricos, problemas conceituais ou erros de análise em Smith e Ricardo. De modo muito mais profundo, o diagnóstico que ele fez sobre o esforço de seus antecessores acabou por forjar não apenas a criação de uma nova teoria, mas de um novo continente de análise, de uma nova forma de enxergar o correr do tempo social. Analisada a partir dessa visão inovadora, que veio a atender posteriormente pelo nome de materialismo histórico, a obra dos pais da ciência econômica foi apresentada como ideologia.

Mas nem por isso diminuiu, da parte de Marx, o respeito que nutria por esses gigantes do pensamento. Apesar de ter claro que o conhecimento por eles produzido estava limitado por seu enredamento nas próprias relações sociais coisificadas que eles tentavam diagnosticar, Marx vai entender que eles buscavam imparcialmente o nexos interno das condições burguesas de produção, e chega mesmo a creditar-lhes o mérito de terem mostrado que salário, lucro e renda eram porções de um todo, e não produtos de três meras coisas, distintas e desconectadas entre si (trabalho, capital e terra). Num dos últimos capítulos de *O Capital* ele diz sobre isso: “O maior mérito da Economia Clássica consiste em ter dissolvido essa falsa aparência, esse engodo, essa autonomização e ossificação dos diferentes elementos sociais da riqueza entre si”, mas acrescenta: “Ainda assim, mesmo seus melhores porta-vozes (...) permanecem mais ou menos presos no mundo da aparência, que sua crítica justamente extinguiu e, por isso, todos eles recaem, em maior ou menor grau, em formulações inconseqüentes, semiverdades e contradições não solucionadas.”

Marx lembra em seguida que, “por outro lado, é igualmente natural que os agentes reais da produção se sintam completamente à vontade nessas formas alienadas e irracionais (...) pois elas são exatamente as configurações da aparência em que eles se movimentam e com as quais lidam a cada dia” e conclui: “Por isso é igualmente natural que a Economia vulgar, que não é nada mais do que uma tradução didática, mais ou menos doutrinária, das concepções cotidianas dos agentes reais da produção (...) encontre exatamente nessa trindade, em que todo o nexo interno está desfeito, a base natural e sublime, acima de qualquer dúvida, de sua jactância superficial”.

Ora, ocorre que a tal economia vulgar, que não era de modo algum dominante nos tempos de Marx, tendo seu conhecimento banal e presunçoso completamente ofuscado pelo poderio da ciência da economia política, vai encontrar requintados e sofisticados porta-vozes nas três últimas décadas do século XIX e fazer uma revolução. A partir daí, com uma última demão ilustrada aplicada por Marshall no início do século XX, ela passa a dominar a cena acadêmica, enquanto a outrora brilhante e influente economia política vai caindo no ocaso.

Mas essa não foi uma batalha que se travou apenas no etéreo mundo das ideias. Bem ao contrário, por trás desses movimentos no plano do ideário, transformações fundas ocorriam no plano muito concreto das relações materiais e da luta entre as classes. Por isso não foi difícil a Marx prever que estava chegando ao fim a era da economia científica burguesa. No prefácio da segunda edição de “O Capital”, que escreve em 1873, Marx decreta sua sentença de morte. Para ele, depois que a burguesia tinha conquistado o poder político na Inglaterra e na França, a luta de classes tinha assumido na teoria e na prática formas cada vez mais explícitas, como o demonstrara o vulcão social de 1848. Desmantelava-se assim, também no plano fenomênico, a ideia de uma sociedade de iguais, tocada a liberdade, mérito e equivalência, a ideia, enfim, de um mundo sem privilégios, onde todos se beneficiavam das virtudes que a providência do mercado garantia. Assim, a crítica das ilusões da consciência objetivamente produzidas, ilusões de que davam testemunho as análises da economia política, não seria mais necessária, pois o caráter de classe da nova sociedade que nascera no Ocidente tinha sido escancarado pela História e não podia mais ser ignorado. Os verdadeiros economistas políticos, observa Marx, tinham tentado ainda,

num esforço desesperado, sintonizar a Economia Política do capital com as reivindicações não mais ignoráveis das massas trabalhadoras, mas, mal-sucedidos, tinham conseguido no máximo produzir uma sorte de “sincretismo desprovido de espírito”, cujo melhor representante seria, para ele, John Stuart Mill.

Para Marx, o sino fúnebre daquela ciência já tinha soado, pois não se tratava mais de saber se este ou aquele teorema era ou não verdadeiro, mas se, para o capital, ele era útil ou prejudicial, cômodo ou incômodo. Na sua forma ferina de falar, Marx diz que, no lugar da pesquisa desinteressada entrou a soldadesca mercenária, no lugar da pesquisa científica imparcial entrou a má consciência e a má intenção da apologética. Marx não viveu o suficiente para testemunhar a profundidade da primeira grande crise do capitalismo, que jogou por terra de vez o sonho bom de Adam Smith, nem a força da revolução marginalista, que sintomaticamente nasceu no mesmo período e mudou o nome da ciência.

Se tivesse vivido mais um pouco, ele teria presenciado o acerto de sua previsão e o domínio incontestado da cena acadêmica pelo conhecimento banal, mas agora muito sofisticado, da economia vulgar. Teria visto também que, em sua cruzada apologética, esse paradigma parte, ao arrepio da História, para um caminho que faz tábula rasa de tudo que efetivamente acontece. Foi o tamanho desse desacerto que produziu a revolução keynesiana, que tantas conseqüências teve, como é sabido, no plano teórico e no plano prático. Da ideologia enquanto visão invertida da história, a ciência da economia passara para o estágio da ideologia como abstração completa dela. Talvez não seja demais lembrar sobre isso um episódio ocorrido com Gérard Debreu, um dos epígonos do desenvolvimento da teoria do equilíbrio geral, quando da cerimônia de recebimento de seu Nobel de Economia, em 1983. Segundo consta, ao final do evento, em meio a dezenas de jornalistas que o cercavam, foi-lhe perguntado o que achava ele, àquela altura o mais importante economista do planeta, da política de juros do presidente Reagan que, por sua radicalidade, tinha se tornado o assunto predileto das rodinhas especializadas. Para assombro dos presentes, Debreu respondeu singelamente que não fazia a menor ideia do tema sobre o qual era indagado, pois não se preocupava com esses assuntos de política econômica e só fazia modelos abstratos.

Ora, Hayek também se incomodava com isso, já que, na visão dele, assentada num falso individualismo, de matriz cartesiana, o *mainstream* fazia um trabalho contraproducente,

colocando em xeque, ao invés de afirmar, as virtudes morais da economia de mercado e dando ensejo assim à vitória de visões intervencionistas como a de Keynes. Rompeu, por isso, radicalmente, com esse paradigma.

E com isso, considerando já ter sido suficientemente demonstrada a inexistência de qualquer espaço possível de aproximação, contribuição, congruência ou qualquer coisa parecida com isso entre a visão e a teoria de Marx e aquelas dos descendentes da economia vulgar, temos os elementos suficientes para mostrar por que o mesmo acontece com a visão de Hayek e, igualmente, porque ele chega, ainda que por razões ideologicamente opostas, a conclusões que não diferem muito, pelo menos no plano metodológico, daquelas de Marx.

Hayek é, como se sabe, o pai intelectual do neoliberalismo. Atemorizado com o espírito de época claramente intervencionista que se armava no pós Segunda Guerra, chamou em 1947, para uma reunião em *Mont Pelerin* na Suíça, a nata dos pensadores conservadores, economistas e não economistas. No seleto grupo que participou dessa reunião histórica estavam, dentre outros, Von Mises e Lionel Robins, Milton Friedman e Karl Popper. Fundou-se aí a Sociedade de *Mont Pelerin*, até hoje ativa, e cujo objetivo era combater o intervencionismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regulações. Em sua carta de fundação lê-se que os valores centrais da civilização estavam em perigo e que tal situação tinha sido criada não só pela difusão de visões da história que negariam todos os padrões de moral, mas principalmente pelo declínio na crença da propriedade privada e do mercado competitivo, sem cujos poder e iniciativa seria difícil imaginar uma sociedade em que a liberdade estivesse efetivamente presente.

A história, no entanto, percorreu, como se sabe, outros caminhos e as ideias dos cavaleiros de *Mont Pelerin* ficaram engavetadas por mais de três décadas. Como lembra o historiador inglês Eric Hobsbawm, ao longo desse período, “homens como Hayek continuavam a condenar as políticas que estavam fazendo de ouro a Era de Ouro, quando o mundo ficava mais rico e o capitalismo tornava a florescer, com base na mistura de mercados e governos, mas, entre as décadas de 1940 e de 1970 ninguém dava ouvidos a tais velhos crentes.”

Contudo, a partir da crise que se instala no último quartel do século XX, tudo vira de cabeça para baixo e os sinais do jogo se invertem. O Estado surge de vilão, o mercado de panaceia. Todos os males parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do Estado e/ou pela contração de seus gastos. No coração do sistema, a guerra fria de Reagan, assentada na *supply side economics* dirige-se não contra o “império do mal” no exterior, mas contra a lembrança de Franklin Delano Roosevelt em casa, não contra os inimigos de plantão do *hegemon* geopolítico, mas contra o estado do bem estar social e contra qualquer outro sinal, por modesto que fosse, de prática intervencionista. No velho continente, a Inglaterra, decide que é necessário pôr um fim definitivo à era keynesiana e, com Mrs. Thatcher à frente, ataca decididamente todas as formas de solidariedade social e todos os compromissos antes assumidos pelo *welfare state*. Para o terceiro mundo, ainda dobrado sob o peso das descomunais dívidas externas, reserva-se o Consenso de Washington.

Assim, se antes era o neoliberalismo que ficava confinado no pequeno mundo de sua seita com sua meia dúzia de doutrinários, agora a situação se inverte. Alertar, para as dificuldades do mercado em resolver determinados problemas cruciais como a exclusão e o crescimento da violência urbana, o esgotamento dos recursos naturais e a destruição do meio-ambiente passa a ser visto como coisa de confraria. A seita, portanto, mudou de lado. Hoje, em plena era do neoliberalismo, com a força que ele demonstra, fica difícil lembrar, e me benefico aqui mais uma vez das palavras de Hobsbawn, que “entre o início da década de 1940 e o início da década de 1970 os mais prestigiosos e até mesmo os mais influentes defensores da completa liberdade de mercado, como, por exemplo, Friedrich von Hayek, viram a si mesmos e a seus pares como profetas no deserto, advertindo, em vão, um capitalismo ocidental que não lhes dava ouvidos, de que estava trilhando a ‘Estrada da Servidão’.”

Contudo, apesar da aparente coerência interna e até da existência de uma base teórica que supostamente lhe dá sustento (me refiro aqui, evidentemente, ao surgimento da escola das expectativas, uma versão, digamos assim, radicalizada do velho monetarismo e da qual a *supply side economics* é um subproduto), o neoliberalismo exumado pelo capitalismo do final do século XX está assentado sob uma fratura metodológica. Assim, se não há grande

incongruência entre a receita de política econômica difundida pelo neoliberalismo de hoje e a teoria econômica moderna, o mesmo não pode ser dito da relação entre esta última e a visão de Hayek.

Como se sabe esse autor, num artigo clássico (*Economics and Knowledge*), publicado pela primeira vez em 1937, faz uma crítica devastadora, de natureza metodológica, à teoria de extração neoclássica, e, a partir de então, dirige suas investigações para outras questões que não mais as propriamente econômicas. Muito se discute sobre tal mudança de curso na vida intelectual de Hayek, se ela teria se dado em função do impacto das considerações de Popper frente ao apriorismo metodológico que ele herdara de Von Mises, se fora resultado do chamado “debate sobre o cálculo socialista” no qual ele se metera junto, entre outros, com Oskar Lange, se fora por fim uma espécie de resultado natural de suas próprias considerações teóricas desenvolvidas em sua fase anterior de “economista”, tendo Wicksell como sua principal influência, mas o fato é que, depois desse famoso artigo, Hayek nunca mais voltou a ser um economista “de verdade”, vale dizer nunca mais trabalhou com teoria econômica *stricto sensu*.

A crítica principal de Hayek, como já antecipamos, vai recair sobre a natureza do individualismo que embasa o corpo teórico do *mainstream* e um de seus resultados mais importantes, qual seja, a demonstração do equilíbrio. Para ele, o individualismo racionalista e atomista pressuposto nessas análises, ao invés de servir a uma teoria que deveria defender o sistema de mercado, deve ser mais propriamente considerado, e agora utilizo suas próprias palavras, “como uma fonte de moderno socialismo, tão importante quanto as próprias teorias coletivistas.” Como explicar tal observação aparentemente tão contraditória? Para Hayek, em primeiro lugar, esse individualismo confundia dois conceitos de dados que deveriam estar separados: os dados no sentido de fatos reais objetivos, tal como o economista supõe conhecê-los, e os dados no sentido de coisas, tal como conhecidas pelas pessoas cujo comportamento se quer explicar. Para ele, portanto, o conhecimento objetivo pressuposto nas análises da sociedade que faz o individualismo racionalista não existe, a não ser na cabeça desses economistas. Em segundo lugar, em decorrência dessa equivocada concepção de conhecimento e dos atores que o operam, esse individualismo torna-se reducionista: se os fatos são objetivamente conhecidos e se o

indivíduo é por natureza racional e maximizador, todos os indivíduos, por particulares que sejam suas específicas situações, podem ser reduzidos a átomos, cujos comportamentos são essencialmente idênticos e podem ser previstos. Se tudo isso é verdade, pode-se também, racionalmente, desenhar *a priori* o ótimo social. Aí, contudo, já não será mais individualista tal sociedade. Resumindo, para Hayek, se se parte da concepção do indivíduo como um agente realmente autônomo, autocentrado, inteiramente determinado por si mesmo, sua descrição só pode ser essencialista e ele se transforma num átomo que, combinado a outros milhares, “produz” uma sociedade que pode perfeitamente ser planejada, eventualmente com melhores resultados.

Para as convicções liberais de Hayek, essa conclusão era desastrosa e precisava ser questionada. Além dos maus resultados do “debate sobre o cálculo socialista”, a importância prática que ganhara o keynesianismo na realidade social do pós-guerra certamente fortalecera em Hayek sua percepção da necessidade de recuperar os princípios liberais que ele via enfraquecidos e, pior ainda, desguarnecidos de uma teoria econômica que lhe servisse de fundamento. Assim, ao invés da insistência, contraprodutiva para ele, na tentativa de demonstrar teoricamente a capacidade de o mercado atingir o equilíbrio e, mais que isso, o equilíbrio ótimo, tratava-se agora de defendê-lo enquanto única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo. Nesse sentido, qualquer intromissão do Estado é vista como perniciosa e, nessa medida, irracional, pois parte do princípio de que resultados sociais promissores podem ser intencionalmente buscados, o que, para ele é impossível.

A defesa do *laissez faire* torna-se, portanto, a peça chave desta versão hayekiana e “século XX” do liberalismo. Mas trata-se de uma defesa por profissão de fé, por petição de princípios, não uma defesa ancorada, ou demonstrada por qualquer tipo de paradigma teórico, não uma defesa que incorpore a seu corpo de máximas receitas de política econômica e modelinhos de *target inflation*. Atentemos, por exemplo, para o abismo que há entre, de um lado, a concepção de conhecimento de Hayek, eivada de instâncias sociais e concebendo os indivíduos como singularidades irreduzíveis a generalizações, e aquela pressuposta na teoria das expectativas racionais, onde se assume que, graças a um comportamento dos indivíduos que nunca se desvia, no agregado, da previsão perfeita, o

valor esperado de uma variável é sempre igual ao valor previsto pelo modelo (bem, a crise financeira está aí para demonstrar a “esperteza” desta concepção).

Daí porque termos dito anteriormente que não há agenda positiva capaz de tornar congruentes a teoria econômica moderna, de um lado, e a visão de Hayek sobre teoria econômica de outro. Se, para Marx e o marxismo, a teoria econômica moderna, enquanto exemplar contemporâneo da economia vulgar, não é nem nunca foi ciência, não podendo rigorosamente ser classificada sequer como ideologia, pois configura o discurso do capital em pessoa, para Hayek, ela tampouco pode ter o estatuto de ciência, pois hipostasia os resultados que deveria demonstrar. O neoliberalismo fim de século esquece essa lição de seu inspirador, apoiando-se na teoria econômica moderna e defendendo-a bravamente frente a outras explicações dos fenômenos econômicos. Essa seria, portanto, nossa resposta final às perguntas implicitamente presentes no título deste seminário, ou seja, nenhuma influência possível, nenhuma ponte de ligação pode existir entre as visões de Marx e de Hayek e a moderna teoria econômica.

Mas dissemos também que, por estranho que pudesse parecer, seria talvez mais fácil encontrar pontos de contato entre as visões desses dois pensadores. Cabe-nos agora demonstrá-lo. Como acabamos de mencionar, Hayek concebe o indivíduo como uma singularidade e o conhecimento como algo subjetivamente determinado, particular e intransferível. Esse conhecimento, portanto, não está, para Hayek, fundamentado nem em fatos objetivos, que a teoria pudesse capturar, nem numa sorte qualquer de razão transcendental. Mas, além de seus propósitos particulares e do conhecimento subjetivo que cada um possui do mundo, a ação humana é, para Hayek, constituída também por regras, que os homens seguem meio inquestionadamente, por um processo de imitação. Essas regras, por sua vez, não são postuladas, não são produtos de um suposto contrato original resultante da ação intencional de indivíduos autocentrados, não podendo, pois, ser reduzidas às ações de indivíduos racionais, como rezam os preceitos metodológicos por trás da *rational choice*. Ora, o que Hayek está então sugerindo é que nem toda ação humana é produto de indivíduos racionais, autônomos e independentes, autodeterminados e soberanos, tal como requer a teoria econômica moderna. Ao contrário as ações humanas são fortemente dependentes de um processo que é social e socialmente determinado. Ele

afirma, por isso, que, numa sociedade complexa como a nossa, o homem não tem outra escolha a não ser se adaptar às forças cegas do processo social. E em função de tudo isso ele afirma que, palavras dele “a desgraça do mecanismo de mercado é dupla porque, por um lado, ele não é produto do desígnio humano e, por outro, as pessoas que são guiadas por ele normalmente não sabem por que são levadas a fazer o que fazem.” Qualquer semelhança com a frase de Marx segundo a qual “os homens ao equipararem seus produtos de diferentes espécies na troca, como valores, equiparam seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Não o sabem, mas o fazem”, não será mera coincidência. A diferença entre o primeiro e o segundo é que enquanto Hayek via no mercado uma ordem espontânea que para ele deveria ser a toda lei preservada, Marx enxergava uma ordem social fetichizada, da qual os homens poderiam e deveriam se libertar, pois, sendo dotados do poderio da razão humana não teriam por que deixar seu destino nas mãos de um piloto automático tão avariado.